



CARTILLA BRAILLE EN ESPAÑOL: Uma experiência tátil do espanhol em braile nos núcleos do PIBID em Abaetetuba-PA

ASSUNÇÃO, Erica Camila Mota de ¹
OLIVEIRA, Renata Raissa de ²
MOREIRA, Eraldo Alcântara ³
PASCOAL, Rosana Moraes ⁴
Barros, Anne Letícia de Souza Cipriano ⁵

RESUMO: O trabalho elaborado, foi desenvolvido em concordância com as leis que amparam os direitos da pessoa com deficiência, como estipula o Atendimento Educacional Especializado (AEE/nº7.611), buscando contribuir para um aprendizado mais justo e inclusivo sobre a importância do braile nas escolas públicas. Tendo em conta o desempenho dos alunos que participaram das atividades propostas nas escolas onde se faz presente o PIBID, utilizando a cartilha para obter um resultado satisfatório. Este trabalho, é de suma importância para a comunidade escolar local, visto que as escolas periféricas são ainda mais negligenciadas, a utilização do material foi uma experiência vivida por diversos alunos, com ou sem deficiência visual. Em síntese, a importância desse material sugere que haja um olhar ainda maior e mais humanizado para essas estudantes, pois este trabalho aponta uma falha explícita em relação à educação inclusiva.

PALAVRAS - CHAVE: Braile; Educação Inclusiva; PIBID; Espanhol.

1 INTRODUÇÃO

Inicialmente é interessante destacar que pouco se discute sobre a importância da inclusão do Braille na educação do Brasil, visto que a maioria das escolas não se encontram preparadas estruturalmente para receber e incluir os alunos com quaisquer tipos de deficiência, principalmente os portadores de deficiência visual. Pois, esses alunos, em sua grande maioria são negligenciados,

¹ Graduanda do Curso de Licenciatura em Letras-Língua Espanhola, Bolsista do programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência, CAPES/UFPA – Campus Universitário de Abaetetuba, ericacamila.mota@gmail.com.

² Graduanda do Curso de Licenciatura em Letras-Língua Espanhola, Bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência, CAPES/UFPA, Campus Universitário de Abaetetuba, renataraissad@gmail.com.

³ Graduando do Curso de Licenciatura em Letras Língua Espanhola, Bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência, CAPES/UFPA, Campus Universitário de Abaetetuba, alcantaraheraldo20@gmail.com.

⁴ Graduada em Letras com Habilitação em Língua Espanhola (2018) - UFPA, Mestre em Estudos Antrópicos na Amazônia (2023) – PPGEAA/UFPA, Coordenadora de área Voluntária: Subprojeto de iniciação à docência e cultura luso hispanófono na panamazônia – CAPES/UFPA - Campus Universitário de Abaetetuba, rosanamorpasc@gmail.com.

⁵ Mestre em Ensino pelo Programa de Pós-Graduação Criatividade e Inovação em Metodologias de Ensino Superior - PPGCIMES (2020). Docente efetiva da Universidade Federal do Pará – UFPA, Coordenadora de Área: Subprojeto de iniciação à docência e cultura luso hispanófono na panamazônia – CAPES/UFPA - Campus Universitário de Abaetetuba, annebarros@ufpa.br.

assim, percebendo que há pouco conhecimento e profissionais capacitados para trabalhar com esses educandos nas instituições públicas.

Nesse caso, considerando essa problemática, surgiu a ideia de criar uma cartilha para ensinar vocabulários do espanhol em braile e demonstrar através da sensibilidade tátil como o aluno cego e portador de deficiência visual aprende, além de observar as suas dificuldades no processo de ensino e aprendizado.

Nessa perspectiva, a Grafia Braile para a Língua Portuguesa (2018) evidencia que no “apêndice D: apresenta alguns sinais convencionais usados em esperanto e em outras línguas” (2018, p. 15), sendo complementado pelo que é destacado no “anexo A: vocabulário de termos e expressões empregados no domínio do Sistema Braile” (2018, p. 16).

Dessa forma, possibilitando a utilização do braile adaptado à língua espanhola, sendo abordado de forma lúdica e inclusiva, visando atender as necessidades dos estudantes inclusos, convertendo-se em um grande passo para uma educação mais justa, acessível e inclusiva.

Portanto, essa cartilha foi elaborada com base nos preceitos dos documentos oficiais da educação, levando em consideração os fundamentos e princípios estabelecido pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC/2018) e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996) em que esses:

São documentos de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996)¹, e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN) (BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC,2018.)

Nesse contexto, A BNCC (2018) e LDB (nº da lei/1996), destacam a importância da promoção da diversidade e da inclusão na educação, reconhecendo

a necessidade de adaptações curriculares para atender às especificidades de cada aluno. Dito de outro modo, praticar a garantia de direito à educação dos alunos inclusos.

Com isso, foi promulgado o decreto nº 7.611/2011, que dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado (AEE), realizando, em 2013, alterações na Lei de Nº 9.394/1996 sendo modificado seu Art. 4, inciso III, pela lei 12.796/13 em que fica estabelecido o Atendimento Educacional Especializado gratuito, determinando que “Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino”(LDB/96. Pág., 9).

Por sua vez, ainda sobre a LDB (1996, p. 40) que afirma no Art. 59, inciso I, que os sistemas de ensino assegurarão “currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades”, desse modo, reforçando o compromisso do Estado em garantir o acesso universal à educação e em promover a igualdade de oportunidades para todos os estudantes, em consonância com os princípios da educação especial.

Por outro lado, ainda para corroboração do direito do aluno incluso, o artigo 58, da (LDB/96. Pág,40), menciona no parágrafo 3º que “a oferta de educação especial, nos termos do caput deste artigo, tem início na educação infantil e estende-se ao longo da vida”, o referido direito está observado no inciso III, do art. 4º e o parágrafo único do art. 60 desta Lei.

Além das diretrizes normativas, a concepção da cartilha também se fundamenta em teorias pedagógicas e psicológicas que reconhecem a importância do brincar no desenvolvimento infantil, por isso, Winnicott afirma que:

É no brincar, e talvez apenas no brincar, que a criança ou o adulto fruem na sua liberdade de criação”, e completa: “é no brincar, e somente no brincar, que o indivíduo, criança ou adulto, pode ser criativo e utilizar sua personalidade integral: e é somente sendo criativo que o indivíduo descobre o eu (self) (WINNICOTT, 1975, Pág. 79-80).

Sendo assim, o brincar é uma atividade fundamental para a construção da identidade e para o desenvolvimento das habilidades cognitivas e sociais da criança. Portanto, ao elaborar atividades lúdicas e interativas na cartilha, buscou-se não apenas ensinar o espanhol em Braille, mas também proporcionar uma experiência

de aprendizado significativa e prazerosa para os alunos cegos e com deficiência visual.

Por isso, procurou-se criar um material didático que fosse acessível, inclusivo e eficaz, levando em consideração aspectos como a atenção, a memória e a percepção sensorial dos estudantes. Além de reconhecer as particularidades do processo de aprendizagem de crianças cegas e/ou com deficiência visual.

Sendo assim, buscou-se utilizar uma forma interativa e lúdica para que os educandos desenvolvessem sua imaginação através do tato e de sua percepção, aprendendo os vocabulários em espanhol, colocando em prática o desenvolvimento de aprendizagem da língua espanhola.

A ludicidade é uma necessidade do ser humano em qualquer idade e não pode ser vista apenas como diversão. O desenvolvimento do aspecto lúdico facilita a aprendizagem, o desenvolvimento pessoal, social, colabora para boa saúde mental, prepara para um estado interior fértil, facilita os processos de socialização, comunicação, expressão e construção do conhecimento (SANTOS, 1997, p.12).

2 METODOLOGIA

Para a construção deste trabalho buscou-se criar um método o qual englobaria todos os alunos, sendo assim, iniciou-se um estudo de abordagem qualitativa, de cunho bibliográfico, utilizando uma metodologia explicativa e exploratória, com ênfase na observação dos bolsistas mediante a aplicação da cartilha em braile na sala de aula, e a partir disso foi realizada uma avaliação referente aos processos de interação dos alunos em contato com ela.

No que se refere aos passos da metodologia do trabalho, a ideia de criação da cartilha surgiu no curso da disciplina de Prática de Ensino Social em que foram realizadas conversas para a escolha do tema a ser trabalhado, logo após foram feitas análises a respeito do público-alvo ao qual seria destinado o trabalho acadêmico para complementar a proposta de prática pedagógica.

com o intuito de obter informações sobre os estudos de teóricos que trabalham com a temática escolhida “Sabendo que a educação inclusiva não deve desconhecer as diferenças, mas proporcionar recursos para o cumprimento dos objetivos escolares” (Filho, Miranda, 2012, p.42).

Posteriormente viu-se a necessidade de utilização e aplicação do material elaborado (*Cart. Braille en Español*) nas escolas onde se faz presente o programa institucional de bolsa de iniciação à docência (PIBID), o qual faz parte o subprojeto interdisciplinar de iniciação à docência sobre cultura da língua luso-espanhola na Pan-Amazônia. Sendo assim, a cartilha foi aplicada aos alunos dos núcleos que fazem parte do subprojeto PIBID, que participaram da experiência deste trabalho, buscando conhecimentos que possibilitem a realização das práticas de estudo.

A Partir disso, iniciou-se a aplicação da cartilha, a qual foi criada utilizando materiais de baixo custo (E.V.A, cédulas braile, bastão de cola quente, velcro, imagens impressas de animais e frutas) para que os alunos pudessem aprender os vocabulários em espanhol tateando. A proposta é completar as lacunas das palavras com os nomes das frutas e animais que estão em espanhol e traduzir para o braile.

Sendo assim, segue a descrição do passo a passo de como a cartilha funciona de maneira prática e de forma linear: 1- Tatear a imagem e fazer o reconhecimento do objeto; 2- Realizar a leitura tátil do nome em espanhol; 3- Encontrar a cela braile que corresponde a letra tateada e por fim colar no velcro preparado para recebê-la. Vale ressaltar que os alunos que não possuem cegueira total estavam vendados, os objetos da cartilha estão em alto relevo para facilitar o tateamento, tornando o material mais realista e eficaz.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir do desenvolvimento do subprojeto PIBID nos núcleos, percebeu-se a realidade das escolas públicas em relação à carência de recursos, metodologias de ensino, aprendizagem e profissionais capacitados para integrar os alunos PcD no contexto escolar, sem que eles se sintam excluídos, ou readaptados para realizarem atividades inferiores, ou de contextos diferentes dos demais alunos que não possuem deficiência visual, colocando em xeque sua capacidade de desenvolvimento intelectual.

Apesar disso, e através das experiências vivenciadas, observou-se que os alunos que possuem tal deficiência têm maiores dificuldades e necessidades relacionados aos alunos com surdez, visto que o campo de estudo em relação a surdez (libras) é mais amplo e mais discutido do que o braile. Entretanto, não se pode isolar a busca por conhecimentos voltados para esse objeto de pesquisa.

Segundo dados do censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, 18,6% da população brasileira possui algum tipo de deficiência visual. Desse total, 6,5 milhões apresentam deficiência visual severa, sendo que 506 mil têm perda total da visão (0,3% da população) e 6 milhões, grande dificuldade para enxergar (3,2%), ainda que usem óculos ou lentes”. O que leva essas pessoas a necessitarem do Sistema Braille como meio de leitura e escrita.

A partir disso, o Ministério da Educação (MEC), tem se preocupado e cuidado para que a inclusão dessa parcela da população com cegueira e/ou deficiência visual seja prioridade. Elaborando por meio da Diretoria de Políticas de Educação Especial da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), desenvolveram uma série de programas para atender às pessoas cegas ou com baixa visão.

Entre eles, estão o programa livro acessível, que é uma parceria com o instituto Benjamin Constant, que disponibiliza livros didáticos e paradidáticos em braile para alunos com deficiência visual devidamente matriculados nas escolas de educação básica. Esse programa faz parte do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) que possui o decreto nº 9.099, de 18 de julho de 2017, junto com o programa nacional biblioteca nas escolas (PNBE).

De acordo com o inciso IV da 3ª edição da Grafia Braille para a Língua Portuguesa (2018, pág. 13), refere-se “Garantir a padronização dos textos produzidos em todo o país, prática indispensável para que todos os estudantes cegos possam continuar usufruindo dos livros em Braille como o principal instrumento para o seu pleno desenvolvimento intelectual.

No entanto, percebe-se que nas escolas pouco se fala sobre esses programas, a maioria dos alunos não possui conhecimento sobre seus direitos, talvez nem os próprios pais desses alunos conheçam essas informações, visto que na maioria das escolas públicas esses alunos são “abandonados” e negligenciados, seja pela falta de apoio material, ou até mesmo profissionais capacitados e qualificados para desenvolverem com esses alunos práticas que possibilitem o desenvolvimento de aprendizado.

Ademais, esses materiais só podem ser disponibilizados para as instituições de ensino que participem do censo escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e que tenham feito a adesão formal do programa como dita a Resolução CD/FNDE nº 42, de 28 de agosto de 2012.

Em continuidade com a Grafia Braille para a Língua Portuguesa (2018, pág. 14) no inciso IX- Oferecer a usuários do Sistema Braille e profissionais da área documentos que lhes tragam informações atualizadas e que possam orientá-los nas suas atividades estudantis e profissionais.

Nesse sentido, observando a carência desse público, foi criado (uma cartilha para que se pudesse ensinar o espanhol em braile), a princípio, a proposta foi desenvolvida em concordância entre os bolsistas (autores do trabalho), durante a realização da disciplina (citada anteriormente), e posteriormente seria levado às escolas e utilizado dentro do subprojeto PIBID, em três núcleos diferentes (Esmerina Bou- Habib, Leônidas Monte e Terezinha de J. F. Lima) em Abaetetuba-Pará.

Entretanto, a Cartilha desenvolvida, foi produzida na Língua Espanhola para o bom aproveitamento da disciplina nas escolas que ainda utilizam o espanhol como língua estrangeira, sendo assim, não há barreiras para a utilização deste material nas instituições de ensino da educação básica, já que a língua espanhola e a escrita braile são recursos e diretos obrigatórios no ensino brasileiro, visto que, a Grafia Braille para a Língua portuguesa (2018, pág. 15), Apêndice B: nele figuram conjuntos de símbolos braile empregados em alemão, dinamarquês, espanhol, francês, inglês, italiano, latim e sueco, não coincidentes com os portugueses ou inexistentes na Língua Portuguesa.

Todavia, percebeu-se através das exposições do trabalho, que os desafios acerca da inserção do braile nas escolas de educação básica, ainda é um tabu que precisa ser desconstruído, pois os obstáculos ainda são desmedidos, com isso, notou-se a complexidade dos alunos em identificarem os elementos da cartilha, gerando assim um descontentamento, e ao mesmo tempo interesse em conhecer e aprender mais sobre essa ferramenta tão importante e útil para o aprendizado desses alunos.

Ainda assim, obteve-se resultados favoráveis em relação ao tema proposto, pois alguns alunos se emocionaram ao perceber as dificuldades que seus colegas apresentam dentro e fora das salas de aula. Esse trabalho mostra as falhas que em pleno século XXI ainda existem no sistema educacional brasileiro, causando desconforto, gerando atritos e descontentamentos por parte de sua comunidade escolar e da sociedade.

No mais, os estudantes sentiram-se felizes por terem sido visibilizados, haja vista que o poder público muitas vezes se omite em relação aos PCDs que estão

matriculados em suas instituições, e quase sempre totalmente desamparados. Na realidade a inclusão não acontece como se é exigido pela lei.

Figura 1 – fotografia da Cartilha.



Fonte: Acervo dos autores,2024.

Figura 2 – Aluna realizando atividade, enquanto as colegas observam.



Fonte: Acervo dos autores,2024.

Figura 3- Bolsista explicando a funcionalidade da cartilha.



Fonte: Acervo dos autores, 2024.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabe-se que são diversas as particularidades dos alunos a serem trabalhadas em sala de aula, e o PIBID tem uma relevância muito grande nesse processo de desenvolvimento e crescimento de futuros educadores capazes de lidar com elas, sabe-se também que é necessário a construção de processos de ensino e aprendizagem que permita a esse futuro professor viver a realidade de seus alunos, e que tudo a ser pensado e criado a partir dessa vivência seja para beneficiá-los.

A partir disso é nosso dever enquanto futuros educadores expandir esse conhecimento para que tenhamos profissionais mais capacitados a construir e estruturar atividades, e usando metodologias eficazes para que o processo de ensino e aprendizagem dos alunos consigam alcançar efeitos positivos, como também estimular cada vez mais esses educandos em seu processo de aprendizagem, sejam eles com ou sem deficiência, ademais é necessário ter um olhar mais empático para as diversas necessidades encontradas no ambiente escolar.

Nesse caso, as teorias psicológicas contribuem positivamente para que cada criança desempenhe um papel central na concepção da cartilha, orientando-nos a adaptar o conteúdo e as estratégias de ensino e aprendizagem às necessidades individuais de cada aluno.

Desse modo, a observância das normas técnicas para produção de textos em Braille foram essenciais para garantir a qualidade e a legibilidade da cartilha. Da mesma forma, a importância dos estudos voltados à área da psicologia para ter uma melhor percepção sobre a ludicidade e a forma de desenvolvimento individuais

Seguindo as diretrizes estabelecidas pelos órgãos competentes (LDB/96,

BNCC e o AEE/ nº 7.611), assegurando sua legitimidade e para que o material fosse de fácil compreensão e utilização por parte dos alunos com deficiência visual, promovendo assim a sua autonomia e independência no processo de aprendizado do espanhol.

Por fim, acredita-se que as inovações educacionais devem ser utilizadas para um maior aproveitamento escolar, pois as leis e decretos, garantem que todo aluno tenha direitos a uma educação de qualidade, sem distinção de raça, cor ou qualquer outra diferença, seja ela física ou intelectual, e que goze dos plenos direito que lhes é garantido.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

BARBOSA, L. M. M. *Grafia Braille: Semeando Leitores e Escritores Competentes*. São Paulo: Gpeconline, V.1, p. 17, 2010.

Lei de diretrizes e bases (LDB) Lei de nº 9.394/96).

MIRANDA, Theresinha Guimarães; FILHO, Teófilo Alves Galvão. *O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares*. Salvador: Edufba, 2012.

Resolução nº. 4, de 2 de outubro de 2009. Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional especializado na Educação Básica, modalidade Educação especial, Brasília: MEC, 2009.

SANTOS, Santa Marli Pires dos. *O lúdico na formação do Educador*. 6ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

<https://bvsmms.saude.gov.br/>. Acesso em 18 de março de 2024.

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=9749&t=destaques>. Acesso em 22 de março de 2024

Winnicott, D. W. (1971/1975). *O brincar e a realidade*. Trad. José Octavio de Aguiar Abreu e Vanede Nobre. Rio de Janeiro: Imago